

## **A Vila Maria Zélia: A fascinante história de um memorial ideológico das relações de trabalho na cidade de São Paulo**

Palmira Petratti- Teixeira<sup>1</sup>

**Resumo:** A Vila Operaria Maria Zélia foi construída em 1917 pelo industrial Jorge Street, para abrigar os trabalhadores de sua fábrica: a Companhia Nacional de Juta. O complexo Vila Maria Zélia se constituiu um retrato fundamental de uma época e de uma forma de ocupação do espaço urbano. A Vila Maria Zélia, seguiu o modelo de vila operária predominante no período: casas edificadas no interior de um terreno, separadas da via pública por um portão. Contava com 198 casas de seis diferentes tamanhos que variavam em 75m<sup>2</sup> a 110m<sup>2</sup>. As famílias mais numerosas e que contribuíam com maior número de operários, moravam nas casas maiores, assim como os administradores. Os solteiros habitavam um prédio destinado a eles. Todas as edificações eram de boa qualidade: assoalho, portas e janelas em pinho de riga, chuveiro elétrico, água encanada e calçamento nas ruas. O aluguel das casas era descontado dos salários, cobrava-se uma taxa pelo uso da água e a eletricidade era paga pelo morador. Tais concessões aos trabalhadores foram ímpares em uma época em que não havia direitos trabalhistas. Os antigos operários, moradores da vila, na década de 60 adquiriram a posse legal de suas casas. A lembrança do industrial Jorge Street permanece viva entre os moradores da vila.

**Abstract:** The workers village Maria Zélia was built in 1917 by Jorge Street to shelter the workers of Companhia Nacional de Juta, his factory. The Maria Zélia facility was a fundamental picture of how urban space was occupied in the time. The Maria Zélia Village followed the workers village predominant model in time: Houses built inside a terrain, separate from the street by a gate. Counting 198 houses of 6 different sizes, ranging from 75m<sup>2</sup> to 110m<sup>2</sup>. The larger families and those that contributed with more workers lived on the larger houses, as well as the administrators. The bachelors lived in a building for themselves. All the buildings were of superb quality: floor, doors and windows of pine, hot electrical shower, piped water and paved streets. The houses rent was discounted from the wages, and there was a tax for the use of water and electricity which was paid by the resident. Such concessions to the worker had no peers in a time where worker rights were absent. The elder workers, dwelling in the village since the 60s acquired legal property of their homes. The memory of Jorge Street is still alive among the Village people.

Na Rua dos Prazeres, travessa da Catumbi, no bairro do Belenzinho, zona leste da cidade de São Paulo, há um cenário interessante de se observar. Separada da rua por grandes portões, a Vila Maria Zélia com seu jardim de árvores frondosas, quase centenárias, sugere um espaço de tranquilidade que parece desafiar o tempo.

A Vila operária Maria Zélia construída por seu idealizador, o empresário Jorge Street permanece hoje como um memorial ideológico do início da industrialização, em São Paulo e das relações sociais de trabalho. Inaugurada em 1917, hoje é referência de vila operária modelo.

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo  
Pesquisadora associada do CEDEM/ UNESP  
Professora de Metodologia Científica do SENAI Mariano Ferraz.

A construção da vila operária está inserida nas transformações econômico-sociais e políticas pelas quais passou o Brasil a partir da segunda metade do século XIX, época de inserção do País nos quadros do capitalismo internacional, momento em que a cidade de São Paulo foi palco da chamada modernização dos setores urbanos da sociedade. A lavoura cafeeira que entrou no estado de São Paulo pelo vale do rio Paraíba fez do café o nosso maior produto agro-exportador, e trouxe para nossa cidade profundas transformações.

São Paulo deixava de ser o “burgo dos estudantes” para se tornar o centro dinâmico das atividades do complexo cafeeiro. Era o início de seu crescimento vertiginoso que culminaria na grande metrópole. A cidade de São Paulo se constituiu no ponto central dos negócios do café.

O café avançou para o oeste paulista (Campinas e região), conquistou novas áreas para o cultivo e novos empreendedores capitalistas. O aumento da agricultura do café em São Paulo aliou-se à imigração européia, que incrementou a produção deste produto proporcionando mão-de-obra e um impulso direto no crescimento das culturas, inaugurando-se uma nova era para a força do trabalho que durante todo o período colonial e imperial sustentava-se no braço escravo.

Além da questão da mão-de-obra, existia em São Paulo o problema da circulação de mercadorias. O transporte feito até então em lombo de animais, foi modificado por outro fator de transformação: a chegada das estradas de ferro. A ferrovia está intimamente ligada à expansão cafeeira. O binômio café-ferrovia inter-relacionou ambas as atividades.

A estrada de ferro Santos à Jundiá ou a São Paulo Railway, fazendo a ligação da capital ao porto de Santos e à cidade de Jundiá, fez da capital paulista um centro de negócios financeiros. Atividades urbanas as mais variadas, como bancos, e prestadores de serviços, atraíam não só comerciantes e fazendeiros, mas também trabalhadores em busca de emprego.

A malha ferroviária de São Paulo expandiu-se juntamente com o café. A linha da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Companhia Mogiana e a Sorocabana desenharam o mapa do interior desse estado. No oeste paulista pode-se observar formas capitalistas de ocupação da terra: grande propriedade exportadora com mão-de-obra livre. Assistimos ao incentivo da substituição do escravo pelo assalariado, o que permitiu que São Paulo sofresse menos que as outras províncias a crise provocada pela abolição da escravidão em 1888.

A Abolição acentuou o problema da mão-de-obra. Quem iria trabalhar nesses cafezais? A resposta foi encontrada na imigração européia. Milhares de imigrantes europeus chegaram a São Paulo, italianos, espanhóis, portugueses entraram pelo porto de Santos, se dirigiram à Hospedaria do Imigrante no Brás e tinham como destino às lavouras cafeeiras.

A cidade prosperou e o Estado modernizou-se. A mobilização de capitais e terras, o crédito, a mão-de-obra estrangeira, os transportes ferroviários e o comércio do café, foram requisitos para o nascimento de uma nova atividade econômica: a indústria, basicamente, a manufatureira. E a indústria gerou o trabalhador urbano: o operário.

A fábrica, a formação de bairros e vilas operários compõem novos cenários da urbanização de São Paulo. Brás, Mooca, Belém, Belenzinho, Bom Retiro e demais bairros operários se situavam próximos aos ramais ferroviários. E ao lado desses bairros, as vilas operárias.

É neste quadro de transformações que inserimos as primeiras atividades industriais de Jorge Street, o fundador da vila operária Maria Zélia. Médico de formação optou pelas atividades industriais. Soube ver o momento favorável para as atividades urbanas e para o crescente mercado interno, logo, as possibilidades manufatureiras surgiam na esteira da economia exportadora, isto é, o mercado consumidor de manufaturados ligava-se à dinâmica da economia cafeeira e à ascensão dessa nova burguesia.

A Companhia Nacional de Juta (CNTJ) era um complexo industrial que englobava a fábrica Maria Zélia destinada à produção de tecidos e sacaria de juta para a exportação do café e a vila operária Maria Zélia, a moradia dos trabalhadores da fábrica.

Desde o fim do século XIX, o operariado paulistano vivia mal geralmente em habitações coletivas – os cortiços. A demanda habitacional crescia concomitantemente ao aumento da população na cidade. O custo da moradia absorvia metade do salário do trabalhador. Na tentativa de solucionar o problema de habitação e da mão de obra, alguns industriais iniciavam a construção de vilas operárias junto às fábricas. Eram habitações em série, casas pequenas e modestas, sem jardim, ou nos fundos dos terrenos.

Mas tais habitações não conseguiram resolver o problema de moradia do trabalhador urbano. Com o objetivo de fixar o trabalhador junto à fábrica, a Votorantin, localizada nas proximidades de Sorocaba construiu uma vila operária com acomodações para três mil operários, proporcionando-lhe área de lazer, jardins, clubes, campus de futebol, escolas, iluminação elétrica. Outras indústrias, como a Vidraçaria Santa Marina, o Cotonifício Crespi, a Cigarros Sudan, a Companhia Lacta e a Matarazzo edificaram casas operárias em pequenas vilas.

O complexo vila Maria Zélia se constituiu um retrato fundamental de uma época e de uma forma de ocupação do espaço urbano. A vila Maria Zélia, seguiu o modelo de vila operária predominante no período: casas edificadas no interior de um terreno, separadas da via pública por um portão. Na entrada da vila havia um grande jardim, coreto e igreja. A vila

era cortada por seis ruas principais e quatro transversais, tendo ao fundo o rio Tietê. Contava com 198 casas de seis diferentes tamanhos que variavam em 75m<sup>2</sup> a 110m<sup>2</sup>. As famílias mais numerosas e que contribuíam com maior número de operários, moravam nas casas maiores, assim como os administradores. Os solteiros habitavam um prédio destinado a eles. Todas as edificações eram de boa qualidade: assoalho, portas e janelas em pinho de riga, chuveiro elétrico, água encanada e calçamento nas ruas. O aluguel das casas era descontado dos salários, cobrava-se uma taxa pelo uso da água e a eletricidade era paga pelo morador. Havia dois prédios, em dois pavimentos cada um, destinados a Escola de Meninos e a Escola de Meninas; um prédio destinado à creche e ao jardim de infância; um prédio para a farmácia; um prédio de dois pavimentos onde funcionavam o armazém e a sapataria, e, na parte superior, o salão de baile. Para a prática de esportes havia um campo de futebol e uma quadra para o jogo de “bocha”.

Afirmava Jorge Street conhecer seu operariado também devido aos contatos fora do âmbito fabril, visitando as famílias, frequentemente em suas casas. Observou o industrial, que as condições de habitações antes da edificação da Vila Maria Zélia eram tão precárias que “degradavam a dignidade humana, interferiam no processo produtivo e produziam um sentimento de revolta” (STREET, 1917). Assumindo pessoalmente a chefia da execução do projeto da vila, acreditava que se constituía em relevante iniciativa para a sociedade, uma forma de fazer justiça social.

Como a obra, segundo Street, estava voltada para o futuro, justificava a preocupação com a criança e pelo ensino profissional, tirando-a do perigo da delinquência. Nas palavras do industrial “a criança abandonada e desamparada constitui um grande perigo de se transformar em breve em uma criança delinqüente”. “A oficina é preferível à rua”. (STREET, 1917).

O trabalho com as crianças na creche, no jardim maternal e das escolas, inclusive de aperfeiçoamento ou ensino profissional é digno de nota. As crianças entravam no período da manhã na creche, recebiam roupas adequadas, eram alimentadas e cuidadas e ao saírem após o banho dado pelas enfermeiras, recebiam o leite para a noite. Tudo era gratuito. Além desses cuidados as crianças até sete anos recebiam tratamento médico-odontológico também gratuito.

Aos sete anos de idade as crianças passavam a freqüentar o grupo escolar e tinham aulas com professores da rede oficial de ensino.

Este, o grupo escolar, funcionava em dois períodos: diurno e noturno; as crianças que trabalhavam durante o dia poderiam estudar à noite. A educação dos escolares era feita separadamente por sexo.

As meninas além do ensino oficial, recebiam aulas de bordado e catecismo. Dona Zélia Fria Street, esposa do industrial, cuidava pessoalmente da educação feminina. As futuras mulheres deveriam ser preparadas também para os afazeres domésticos.

Dona Cínta Ramos Amantero, trabalhadora da tecelagem e moradora da vila, deixou rico depoimento de sua vida e dos operários da fábrica. –Minha mãe veio aqui na vila e conversou com o Prefeito... tinha bastante gente para trabalhar eram sete filhos...”(TEIXEIRA, 1990, p.86 ).

Aos dez anos de idade Dona Cínta iniciou como criança operária seu trabalho na fábrica Maria Zélia, mas não reclamava, ao contrário enaltecia o tratamento dado às crianças na fábrica - “tempo antigo foi muito judiado... noutras fabricas, fora daqui da Maria Zélia foi também...” (Loc. Cit.).

O atendimento médico para doenças ou acidente de trabalho era feito em ambulatório equipado para esta finalidade. Anexo ao ambulatório funcionava a farmácia. Os medicamentos eram gratuitos para as crianças; para os adultos eram descontados dos salários.

A política social da CNTJ visava também atividades recreativas, promovendo festas, bailes, jogos de futebol, concertos musicais.

Street procurava passar para os operários a idéia de que formavam uma grande família e consideravam a fábrica como um bem comum. O jogo de futebol constituía um lazer atrativo ao operariado. O time Maria Zélia fez fama no meio operário. Street fornecia o uniforme.

A igreja era muito presente na vida do trabalhador. As crianças deveriam ir à missa aos domingos e a primeira comunhão e o catecismo eram obrigatórios para as que freqüentavam o ensino primário.

A empresa (CNTJ) fornecia gratuitamente vestuário, calçados, grinalda e terço para as meninas, dentro de um clima de muita religiosidade. Só poderia receber os sacramentos após fazer retiro e jejum durante três dias.

Essas concessões feitas aos trabalhadores e suas famílias inibiam sua livre manifestação política, em uma época de fortes embates entre o capital e o trabalho e o avanço do movimento operário. Horários, apitos e normas de conduta faziam parte do cotidiano dos moradores da vila, que se sentiam orgulhosos de pertencer a um projeto pioneiro e valorizavam o forte espírito de solidariedade entre eles próprios.

Não era essa a visão dos operários ligados aos sindicatos clandestinos e ao movimento operário, pois neste início de industrialização brasileira muito pouco havia em matéria de legislação trabalhista. Por isso as reivindicações por leis que regulassem o trabalho estavam

presentes nos protestos operários que tiveram como auge o ano de 1917, quando a vila foi inaugurada.

Para os trabalhadores não havia contrato de trabalho escrito, adicional noturno, descanso remunerado, licença saúde, seguro acidente de trabalho, proteção da mão-de-obra feminina, do menor, nem férias. Cada item desta legislação votada durante a década de 1920 foi conquistado por um movimento operário que tinha na greve o seu principal trunfo de negociação. Liderados muitas vezes pelos operários estrangeiros anarquista, os jornais operários e os sindicatos clandestinos lutavam contra os empresários e exigiam do Estado a intervenção no mercado de trabalho através das leis sociais. Assistimos nos anos de 1920, à votação das primeiras leis operárias codificadas em 1931, pelo recém-criado Ministério do Trabalho. E a mais importante delas foi a de sindicalização operária. A partir daí os sindicatos seriam permitidos, mas submetidos a regulamentação do Estado. Street era Diretor do Departamento Nacional do Trabalho quando da codificação dessas leis.

Jorge Street conduziu a CNTJ até 1923, quando se afastou das atividades econômicas. A fábrica e a vila passaram por várias mãos. De início pertenceram a empresários. O complexo CNTJ se desfez em 1937. A vila passou ao IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões) que recebia o aluguel das casas, felizmente, para os operários, com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) estes puderam comprar suas casas em 1968. A vila foi tombada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) em 1992.

A fábrica por sua vez, após pertencer ao Estado Novo e utilizada como presídio político em 1937 foi vendida à empresa Goodyear.

O polêmico Jorge Street tido por seus operários como um “pai”; por seus pares empresariais como um “poeta” e pelo o movimento operário como um “tartufo”, foi um personagem adjetivado, rotulado por cronistas, jornalistas e historiadores. Mas, a qualidade de vida que usufruíam os operários da vila Maria Zélia é inquestionável. Ainda hoje presente nas falas dos descendentes de seus operários trabalhadores, como um “bom patrão”, a vila é saudada pela maioria como paraíso, lugar de muita tranquilidade e conforto para os operários. A vila resiste mansamente aos ataques do tempo, ao desrespeito à memória e ao patrimônio histórico e ainda carrega muito do universo das relações sociais do trabalho, no início da industrialização de São Paulo.

A Vila Maria Zélia faz parte de minhas pesquisas históricas há algum tempo. No ano de 1989, o industrial Jorge Street, idealizador da Vila foi tema de meu doutorado, defendido na USP. A pesquisa resultou em um livro: *A fábrica do Sonho: trajetória do industrial*

*Jorge Street*, lançado pela editora Paz e Terra no ano seguinte. Atualmente a História da Vila Maria Zélia é o tema de meu pós-doutoramento no programa de pós-graduação do curso de História da PUC-SP.

A escolha da Vila Maria Zélia não se deve apenas a sua originalidade, como uma das primeiras vilas operárias construídas em São Paulo, mas a sua preservação como um espaço urbano diferenciado e que, historicamente adquiriu identidade própria, dissociando-se de suas origens e criando formas de sociabilização e de incorporação de novos moradores, nem sempre ligados à vida industrial.

Hoje a Vila está em processo de restauração feito pelos poderes públicos. Quatro imóveis pertencentes ao INSS foram doados à Prefeitura Municipal de São Paulo, e mais uma vez sofrem intervenção do Estado. No projeto de restauro esses imóveis deverão ser devolvidos à comunidade, em forma de escolas técnicas, oficinas de arte e um museu. A análise do projeto e a reação da comunidade são fundamentais para entender a polêmica situação dos moradores deste espaço urbano dividido entre a valorização imobiliária e a preservação material de um passado do qual se orgulham.

A pesquisa documental que me levará a recuperação da história da Vila Operária Maria Zélia, de suas origens até o final da década de 1970, é o ponto primordial de meu trabalho no pós-doutorado, que visa a confecção de um livro e a coleta de documentos que farão parte do Acervo do Museu Maria Zélia, organizado por mim, pelos moradores da Vila e pelos alunos da PUC - SP.

### **Referências Bibliográficas**

- ALBERTI, Verena. **História Oral: Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ANTONACCI, Maria Antonieta M. **A vitória da Razão**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 1985.
- ANTUNES, Antunes. **Classe operária, sindicatos e Partido no Brasil**. 2º ed. São Paulo, Cortez, Ensaio, 1988.
- BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1985.
- BASTOS, Ana Marta Rodrigues; WEID, Elisabeth Von Der. **O fio da meada: Estratégias de Expansão de uma indústria têxtil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa / Confederação Nacional da Indústria, 1986.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: Vilas Operárias** na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

Borges, Vavy Pacheco; COHEN, Ilka Stern. A cidade como Palco: os movimentos armadas de 1924, 1930 e 1932. In. PORTA, Paula. **História da Cidade de São Paulo**. v.3. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 291 – 333.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARNEIRO, M. L. T. **Coleção Histórias da Repressão e da Resistência - PROIN**. São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_ ; SANTOS, V. T. **Os subversivos das Arcadas**. Inventário DEOPS, de Viviane Terezinha dos Santos. São Paulo: IMESP, 2000 (Coordenação de coletâneas).

CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999

CODATO, Adriano Nervo. **Sistema Estatal e Política econômica no Brasil Pós – 64**. São Paulo: HUCITEC, ANPOCS, 1997.

CORSI, Francisco Luiz. **O Estado Novo: Política externa e projeto nacional**. São Paulo, Editora UNESP, FAPESP, 2000.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: DIFEL, EDUSP, 1971.

D' ARAUJO, Maria Celina; GOMES, Ângela de Castro. **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: Cotidiano operário em São Paulo (1927 – 1934)**. Campinas: UNICAMP, 1983, mimeo.

\_\_\_\_\_. **Cotidiano e trabalhadores na republica: São Paulo 1899 – 1940**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DRAIBE, Sonia Miriam. **Rumos e metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil, 1930 – 1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004

DULLES, John Foster. **O comunismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. Rio de Janeiro. São Paulo: DIFEL, 1976.

\_\_\_\_\_. Estado, trabalhadores e burguesia, 1920 – 1945. **Novos Estudos CEBRAP**, março de 1988, pp. 6 – 37.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

FOULCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da Prisão**. 6º ed. Petrópolis: Vozes, 1988.



FREITAS, Sonia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos.** São Paulo, Imprensa Oficial/ Humanitas, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917 – 1937.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

HALL, Michael. **O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890 – 1954.** In. História da Cidade de São Paulo: A cidade na Primeira metade do século XX: 1890 – 1954. vol. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. **Políticas e Interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEVINE, Robert M. **O regime Vargas: os anos críticos, 1934 – 1938.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

KOWARICK, Lúcio (org.) **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MATOS, M. Izilda S. **Trama e Poder um estudo sobre as indústrias de juta para o café.** 6. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003. v. 1. 280 p.

\_\_\_\_\_. Entre a Lavoura e a Indústria: tensões e polemica em torno da indústria de sacaria para o café. In. **História econômica & História de empresas.** São Paulo, Hucitec. I, 2º semestre, 1998. p. 89 – 108.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Idéias sociais de Jorge Street.** 2º ed. Brasília/ Rio de Janeiro: Senado Federal/ Fundação Casa de Ruy Barbosa, MEC, 1980.

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração Industrial em São Paulo (1880 – 1990).** Campinas: UNICAMP, 1996.

PECHMAN, Robert M; RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. **O que é questão da moradia.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

PENTEADO, Jacob. **Belenzinho 1910 Retrato de uma Época.** São Paulo: Martins, 1962.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; Hall, Michael M. **A classe operária no Brasil: 1899 – 1930.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_, “O proletário industrial na primeira Republica”. In: **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo III, vol. II. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

POSSAS, Cristina de Albuquerque. **Saúde e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**. A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900 – 1950. . In. **História da Cidade de São Paulo**: A cidade na Primeira metade do século XX: 1890 – 1954. vol. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista** (1870 – 1930). Dissertação de mestrado, Campinas: UNICAMP, Departamento de História, 1980, mimeo.

SEGAWA, Hugo. São Paulo, veios e fluxos: 1872 – 1955. . O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890 – 1954. In. **História da Cidade de São Paulo**: A cidade na Primeira metade do século XX: 1890 – 1954. vol. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

STEIN, Stanley. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil**: 1850 – 1950. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira**: Origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A fábrica do sonho**: trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. Os empreendedores da cidade de São Paulo: dos primórdios aos grandes empresários. In. PORTA, Paula. **História da Cidade de São Paulo**: A cidade colonial – 1554 – 1822. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 271 – 332.

THOMPSON, E. P. **A formação da Classe Operária**. A força dos trabalhadores. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.3

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Mario. O BNH e suas realizações: conferência realizada na Escola Superior de Guerra, em 7 de julho de 1970. In: **Brasil potência**, [S.l. 19--] p.45-63.

VALLADARES, Licia do Prado (Org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VARGAS, João Tristan; ZANETTI, Augusto. **Taylorismo e Fordismo na Indústria Paulista**. São Paulo: Humanitas/ Fapesp, 2007.

VIEIRA, Antônio. **Maria Zélia**. 2º ed. São Paulo, Cupolo, 1957.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re) Formação da classe trabalhadora no Brasil**: 1920 – 1964. São Paulo: Cortez, 1996.

**Periódicos.**

BNH EM RESUMO: Banco Nacional da Habitação em resumo. Rio de Janeiro [s.n.], 1976-

CADERNOS CEMAP. ANO 2, n° 2, maio/1985.

GUAGLIARDI, Jose Augusto. A Imagem percebida do BNH na cidade de São Paulo.

**Revista de Administração [USP]**, v.13, n.1, p.67-98, jan./mar. 1978.

MÉTIS – HISTÓRIA E CULTURA. Revista de História da Universidade de Caxias do Sul.

Caxias do Sul: EDUCS. v. 6, n. 12, jul./dez. 2007.

KAREPOVS, Dainis. Atenciosas Saudações! O DEOPS em ação contra o PCB (1936 – 1939). **História**. São Paulo, v. 21, p. 223 – 249. 2002.

**Arquivos e Bibliotecas a serem consultados**

Arquivo Municipal da cidade de São Paulo e DPH

Arquivo do Estado/ DEOPS

Campinas Edgard Leuenroth

FIESP/ UNICAMP - SP

Arquivo Legislativo da Assembléia do Estado de São Paulo

CEDEM/ UNESP

CONDEEPAAT

Biblioteca Mario de Andrade

Biblioteca Florestan Fernandes - FFLCH/USP

Biblioteca da faculdade de arquitetura e urbanização – FAU/USP

Biblioteca de Arquitetura da Universidade Presbiteriana Mackenzie